

Planejamento Estratégico do INCA 2020-2023: tem início novo ciclo

Responsável pela coordenação do novo ciclo de Planejamento Estratégico do INCA (2020-2023), a equipe da Divisão de Planejamento (DIPLAN) começou, em maio, a elaborar o diagnóstico do INCA, para ante- ver os desafios dos próximos anos. No dia 22 de julho, a equipe se reuniu com a Diretoria Executiva, que aprovou a proposta do Planejamento Estratégico (2020-2023). O plano deve ser desenhado até o fim do ano e implantado a partir de janeiro de 2020.

Nos próximos meses, representantes de todas as áreas do Instituto participarão de etapas do processo e definirão iniciativas prioritárias para o próximo período, de acordo com os novos objetivos estratégicos.



Equipe trabalha para que plano seja desenhado até o fim do ano

“Espera-se que o Planejamento Estratégico do INCA 2020-2023 contribua para a integração entre as suas áreas, aponte os desafios mais relevantes e proponha iniciativas que fortaleçam o nosso papel como instituto nacional. A ideia é que sejam formulados objetivos estratégicos transversais, cujo alcance dependerá do engajamento de diferentes áreas do INCA”, explica Flávia Mendes, chefe da DIPLAN.

A DIPLAN prevê a realização de um evento, em setembro, com foco em gestão estratégica, além de uma capacitação em gestão de projetos em outubro. O novo plano aperfeiçoará o monitoramento da execução dos projetos de forma que eles possam ser revisados e atualizados constantemente, por meio do Sistema de Planejamento de Gestão (SISPLAN).



O analista Paulo de Tarso Carvalho diz que sistema é vantajoso para a instituição e os servidores

INCA moderniza armazenamento de documentos dos servidores

Está em fase de implementação no INCA um sistema que trará eficiência e diminuirá gastos com gestão e guarda documental. É o Assentamento Funcional Digital (AFD), uma espécie de repositório da pasta funcional do servidor, que compreende uma série de documentos que apresentam seu histórico no serviço público federal e

garantem a qualidade dos arquivos que respaldam seus direitos e deveres junto ao funcionalismo. Atualmente, o Instituto já conta com mais de 55 requerimentos, 230 documentos funcionais e 13 pastas funcionais digitalizadas e inseridos no sistema.

Durante o processo de adequação, requerimentos como licença-gestante/paternidade, alterações cadastrais, auxílio-natalidade e pré-escolar são enviados quase imediatamente para o AFD. Nesta fase, o sistema recebe somente documentos gerados a partir de junho de 2019 e vem sendo atualizado com as pastas funcionais dos servidores que ingressaram desde julho de 2016. A previsão é que as demais sejam inseridas a partir de 2020, por uma empresa contratada para esta atividade.

Paulo de Tarso Carvalho, analista na área de Serviço de Benefícios, Controle de Frequência e Cadastro Funcional (SEBENC), acredita que a migração do suporte físico para o digital proporcionará vantagens para a instituição e os servidores.

“É possível citar a possibilidade de consulta e trabalho concomitante pelas diversas áreas da Coordenação de Gestão de Pessoas [COGEP], além da redução da replicação de processos e informações. Também é importante a liberação do espaço físico ocupado atualmente pelas pastas funcionais”, avalia Carvalho sobre o projeto, ressaltando, ainda, que a ação não seria possível sem o apoio da coordenadora da COGEP, Cassilda Soares, da chefe da Divisão de Administração de Pessoal (DIAP), Mariana Pereira, e da chefe do SEBENC, Camilla Allievi.